

VIII Encontro Nacional de Estudos do Consumo
IV Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo
II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo

Comida e alimentação na sociedade contemporânea

9, 10 e 11 de novembro de 2016

Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ

Título do Trabalho

Pronaf Mais Alimentos, inovações tecnológicas e integração agroindustrial dos agricultores familiares produtores de aves¹

Irme Salete Bonamigo²

Clovis Dorigon³

Arlene Renk⁴

Alana Lazaretti Solvalagem⁵

Resumo

Este trabalho discute as implicações do programa Pronaf Mais Alimentos para a modernização da produção industrial de aves e alguns efeitos decorrentes no cotidiano dos produtores, com base em pesquisa realizada com 48 famílias de agricultores do oeste catarinense, por meio de observações e entrevistas. Analisa que o Mais Alimentos viabiliza as inovações tecnológicas de instalações e equipamentos exigidas pelas agroindústrias aos integrados, para se manterem competitivas nos mercados globalizados. O financiamento permite a permanência dos agricultores familiares no mercado da avicultura industrial, mas, paradoxalmente, submete-os a constantes investimentos com endividamento quase permanente, que os levam a seguir produzindo para as agroindústrias para conseguir pagar seus empréstimos.

Palavras-chave: Pronaf Mais Alimentos, agricultura familiar, avicultura industrial.

¹ Pesquisa com apoio da PIBIC FAPE – Unochapecó e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

² Pós-doutoranda em Psicologia, doutora em Psicologia Social, professora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: bonamigo@unochapeco.edu.br

³ Doutor em Engenharia da Produção, pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). E-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br.

⁴ Doutora em Antropologia Social, professora do Mestrado em Ciências Ambientais da Unochapecó. E-mail: arlene@unochapeco.edu.br

⁵ Psicóloga pela Unochapecó, bolsista da pesquisa. E-mail: alana.lazaretti@gmail.com

1 - Introdução

O oeste catarinense abriga hoje as maiores indústrias agroalimentares de carnes de suínos e aves da América Latina, via sistema de integração vertical com os produtores rurais. Neste tipo de integração, as indústrias agroalimentares, por meio de contratos, fornecem as matrizes, a alimentação, a medicação, a assistência técnica e garante a compra dos animais, cabendo aos agricultores os investimentos nas instalações e equipamentos e a mão-de-obra demandada pela criação.

Atualmente, as agroindústrias integradoras, pressionadas pelos mercados mundializados e decorrentes de demandas relacionadas à sanidade, ao bem-estar animal e às normas e regulamentos estabelecidos para habilitar produtos e produtores como aceitáveis, têm exigido dos produtores altos investimentos em tecnologias e instalações para aumentar a escala, modernizar e padronizar a produção.

O presente texto foi elaborado com base em estudo realizado durante os anos de 2013 e 2014, que permitem analisar que financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Mais Alimentos têm viabilizado o cumprimento dessas exigências de modernização da produção de aves, suínos e/ou leite, por parte de agricultores familiares integrados do oeste catarinense. Os dados foram produzidos por duas pesquisas: “Implicações do Pronaf Mais Alimentos no cotidiano de vida de agricultores familiares”⁶ e “Bem-estar animal e qualidade de vida dos agricultores familiares do oeste de Santa Catarina”⁷, vinculadas aos programas de mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e em Ciências Ambientais da Unochapecó. Ambas as pesquisas, predominantemente qualitativas, foram realizadas nos anos de 2013 e 2014, por meio de entrevistas e observações em 48 propriedades rurais de agricultores familiares que residem na Mesorregião do IBGE do oeste catarinense, nos municípios: Chapecó, Guatambu, Planalto Alegre, Xaxim, Arvoredo, Seara, Coronel Freitas, Pinhalzinho e Nova Erechim. As famílias são produtoras de aves, e/ou suínos via sistema de contratos de integração com indústrias agroalimentares. Muitas destas famílias são também produtoras de leite.

O Objetivo deste texto é analisar, no cenário da modernização da agricultura, o processo de inovação tecnológica na avicultura industrial exigido pelas integradoras e propiciado pelo Pronaf Mais Alimentos, as suas implicações no sistema de integração dos agricultores e agroindústrias e no cotidiano de vida e trabalho dos agricultores familiares.

2 - A modernização da agricultura

Dos anos sessenta em diante, não como Deus ex-máquina, a agricultura familiar sentiu os efeitos da modernização. Não se trata de fato isolado. Em âmbito nacional, o país tentava andar em passos largos para cumprir os cinquenta anos em cinco, com vistas ao desenvolvimento que passava pela industrialização, nos preceitos da CEPAL. Para Graziano Neto (1985, p. 27) a modernização da agricultura não é outra coisa

⁶ Pesquisa com apoio da PIBIC FAPE – Unochapecó.

⁷ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

senão o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira.

Do ponto de vista de Brum (1988), entre as principais razões da modernização da agricultura familiar estariam: a) elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio; d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

Para um país fortemente rural era indispensável que este sentisse os reflexos da industrialização e que esta tivesse efeitos na agricultura. Desenvolvimento pressupunha industrialização e a agricultura também deveria fazer sua parte, ou seja, modernizar-se. A modernização requereria capital, crédito e mudança de mentalidade. Entre outros elementos, entra em jogo o programa de extensão rural que elevaria o patamar de civilidade dos agricultores para realizar seu papel no cenário esperado do desenvolvimento. Falando a respeito do contexto catarinense, um de seus personagens assim expressa:

A Extensão Rural surgiu no Brasil com o propósito de ensinar o agricultor a produzir conforme os ditames da modernidade, que através de sementes e insumos industrializados aumentariam a produção. O interesse maior do serviço de extensão rural era habilitar o agricultor e sua família para obter maior produtividade, resultante do trabalho realizado, através do uso racional dos fatores de produção, principalmente dos novos insumos, maquinário e do crédito. (OLINGER, 1996, p. 59).

A modernização atua como um programa, consistindo de diversos processos desde os preceitos higiênicos (CAROLA, 2004) à introdução de cultivares, substituição de raças de animais e do crédito rural.

Cabe lembrar que uma das medidas para a implementação da modernização da agricultura foi a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964. Mesmo com juros subsidiados, as relações de solidariedade e reciprocidade costumeiras entre os agricultores passam a conhecer os mecanismos creditícios impessoais firmados por agências bancárias, cujos resultados nem sempre foram os desejados. A paisagem rural sofreu modificação na introdução de inculcação de novo *habitus*, deixando de ser o agricultor como sinônimo de atraso e passou a ser o equivalente ao progresso. Arados a boi foram substituídos por tratores. Esse processo trouxe também a presença dos inseticidas agrícolas, até então desconhecidos no âmbito rural, cujos efeitos são observados tardiamente. (CARNEIRO, 2015).

Outro aspecto que não pode ser esquecido são o das comunicações, como os meios de transportes mais acessíveis e o acesso à televisão e nos últimos anos à internet, paralelamente a isso o da educação obrigatória. O acesso desta e a ampliação da rede escolar permitiu que a geração seguinte de filhos de agricultores cursasse ensino médio e superior, em alguns casos. Enfim, a modernização preparou o terreno para a implantação das agroindústrias que, incipientemente já nascituras e com incentivos fiscais passam agora a fortalecer-se com produção feita sob novos padrões. Isso representou a exclusão de agricultores tradicionais desse processo de modernização.

Como bem assegurou Hespanhol (2008), a agricultura moderna gera divisas por meio da expansão do agronegócio, com vistas à balança comercial. Cabe colocar em paralelo a perspectiva abordada por Tonneau, Aquino e Teixeira (2005) quando aborda a política dual do governo federal em estabelecer as competências ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁸. Compete ao primeiro, a organização do agronegócio e a competitividade do setor empresarial. Cabe ao segundo da reforma agrária e a agricultura familiar. Não obstante a dualidade, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) intersecta-se e é dessa rubrica que tem como destino a produção de *commodities* para a exportação brasileira.

Ao agricultor familiar, produtor de aves e suínos, são demandadas crescentes exigências de produção agrotecnologizada, que se constitui em armadilhas. A permanência na condição de produtor leva-o a atender as demandas, crescentes. A fonte de financiamento tem sido o Pronaf, como programa do MDA, ou seja, voltado à agricultura familiar. No entanto, o destino final da produção está vinculado ao MAPA que, a rigor, situa-se no âmbito do agronegócio. A mediação ocorre pelo Programa da agricultura familiar. O Pronaf, em última instância atua que no caso da avicultura, contribui com equilíbrio da balança comercial brasileira pelas exportações de derivados de carnes de aves.

3 - Pronaf Mais alimentos

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um instrumento de política agrícola voltado à agricultura familiar que visa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na permanência na atividade rural. O parágrafo 2º do decreto lei 1.046 institui como diretriz “melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda”. (BRASIL, 1996).

Em sua concepção, o Pronaf tem quatro objetivos específicos: 1) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos produtores; 2) viabilizar infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; 3) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; 4) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. Para cumprir com estas finalidades, o programa oferece crédito de custeio e investimento; financia infraestrutura e serviços a municípios de todo o país; capacita e profissionaliza os agricultores familiares através de cursos e treinamentos; e financia a pesquisa e extensão rural a fim de gerar e transferir conhecimento aos pequenos produtores. (MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF, 1996)

O Pronaf é compreendido por diversas linhas de financiamento, dentre elas, o Pronaf Mais Alimentos, que foi criada em 2008 para estimular a produção de grãos e atividades agropecuárias, financia

⁸ Em 2016 o Governo Temer extinguiu o MDA, que teve seu status rebaixado a de secretaria e subordinado à Casa Civil.

investimentos em infraestrutura da propriedade rural, visando impulsionar a modernização nas propriedades dos agricultores familiares. O Pronaf Mais Alimentos substitui a linha Pronaf Investimento e visa conceder crédito para investimento em infraestrutura na propriedade, a fim de criar condições para o aumento da produção e da produtividade na agricultura familiar.

Os créditos de investimento estão restritos ao financiamento de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, sendo passível de financiamento, ainda, a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para melhoria da gestão dos empreendimentos rurais, de acordo com projetos técnicos específicos. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

Pelo Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 o total financiado individualmente pode chegar à R\$ 360 mil, a ser pago em até 10 anos, com carência de até três anos, porém com possibilidade de extensão para cinco anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a sua necessidade. Os juros também são atraentes. Variam de 1% ao ano para investimentos de até R\$10 mil a 2% ao ano para investimentos com valor superior a R\$10 mil. Além de projetos individuais, esta linha Pronaf permite o acesso ao crédito para investimentos conjuntos, em formato de cooperativa, cujo limite de recursos pode chegar a R\$ 750 mil, com a ressalva de que o valor individual não ultrapasse os R\$300 mil, como determinado pela Resolução 4.107 do Banco Central.

A outra alteração no Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 aumentou de R\$160 mil para R\$360 mil a renda bruta da propriedade, o que permite que os avicultores tenham acesso a esta linha de crédito para modernizar ou expandir a produção de aves. Pode-se perceber que o volume de recursos a essa modalidade tem crescido, assim como os valores passíveis de acesso para financiamento e a renda máxima dos agricultores enquadráveis no Programa.

Para o acesso do agricultor familiar à rede do Pronaf Mais Alimentos, é necessário primeiramente obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) junto a uma entidade autorizada pelo Governo (entidade oficial de assistência técnica e extensão rural ou um sindicato). Após a obtenção da declaração, há necessidade de elaboração de um projeto, o qual pode ser feito pelo próprio contraente ou terceiros, com a contratação de empresas independentes ou de organizações como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri).

O acesso a linha Mais Alimentos está compreendido basicamente em duas etapas. A primeira consiste em prestar informações cadastrais básicas, tanto do proponente (agricultor familiar) e assistente técnico responsável, o qual deve ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia (CREA). Esta parte compreende o projeto em si, com a discriminação dos investimentos e do valor pretendido. Informações do imóvel beneficiado, com as respectivas benfeitorias e valores atualizados, também são solicitadas. Nesta etapa, o agricultor familiar precisa, inclusive, informar seus históricos

agrícola, agropecuário e rendas com atividades não agropecuárias, além dos custos de depreciação da terra, máquinas e benfeitorias. Depois o responsável técnico deverá conceder um parecer afirmativo da veracidade das informações e de respeito a Legislação Ambiental.

A seguir, o agricultor deve apresentar o Cadastro de Terras, composto por informações sobre a propriedade (arrendada ou própria), tipo de solo, georeferenciamento e uso da área – em percentuais - com atividades agrícolas, pecuárias, florestamento, reservar natural, águas e fontes. A penúltima parte desta etapa consiste na apresentação do Fluxo de Caixa e Capacidade de Pagamento (CAPAG). Aqui deverão ser discriminados novamente os valores a financiar, recursos próprios e o valor do orçamento. Esta etapa do projeto pode ser considerada a mais complexa, pois o proponente necessariamente precisa informar as receitas com cada atividade e as despesas, além das dívidas já contraídas com o setor bancário. De forma automática, o sistema, através do cruzamento de dados, informa a capacidade de pagamento por ano, a amortização do capital e o pagamento de juros.

Nos municípios onde foi realizada a pesquisa, segundo os agricultores entrevistados, o Pronaf foi amplamente divulgado e conhecido. A maioria conheceu o programa por meio de comunicação local, banco, conhecidos próximos e demais espaços vinculados à agricultura familiar como a Epagri, cooperativas e sindicatos. A Epagri foi mencionada como uma empresa com ampla comunicação com os agricultores familiares, contribuindo com muitos deles no processo de elaboração do projeto para aquisição do financiamento. Além da Epagri, sindicatos também prestaram suporte.

Quanto aos bancos que mediarão o financiamento, foram citados o Banco do Brasil e a Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Nenhum agricultor manifestou ter tido problemas referente ao processo e tempo para aprovação do projeto. Todavia, alguns agricultores informaram que para conseguir aprovação foi necessário comprar alguns serviços extras do Banco do Brasil, como títulos de capitalização e seguros, o que aumenta o custo do dinheiro.

4 - As exigências de inovações tecnológicas viabilizadas Pronaf Mais Alimentos

Na pesquisa realizada no oeste catarinense, a maioria dos entrevistados acessou ao Pronaf Mais Alimentos para a aquisição de equipamentos/tecnologias, melhorias na propriedade, construção e melhorias de estradas e aviários. Houve a compra de tratores e pulverizadores para as lavouras, a construção de salas de ordenha, compra de ordenhadeiras e resfriadores para a produção de leite. Com relação aos que investiram em aviários, além da construção, o recurso foi aplicado na compra de equipamentos como comedouros automáticos com armazenamento da ração, fornos de aquecimento e em reformas para adequações exigidas pela empresa como troca de cortinas, arco de desinfecção, fornalhas, etc.

Borges, Ortiz e Nunes (2009, p. 11), em pesquisa realizada no sudoeste do Paraná identificam como principais inovações realizadas nos galpões de avicultura: “sistema de túnel com cortinas laterais, nebulizadores dispostos ao longo do galpão, exaustores que se localizam na parte final do aviário,

comedouros e bebedouros automáticos”. Os autores ressaltam nem todos os avicultores entrevistados fizeram inovações devido ao alto investimento necessário e à falta de condições econômicas.

Percebe-se então que os agricultores passam a acessar os recursos do Pronaf para a construção e adequação das instalações e a compra de novos equipamentos. Segundo Bonamigo, Renk e Dorigon (2014), essas adequações são exigências relacionadas ao bem-estar animal. Há a necessidade da constante aquisição de novos equipamentos visando o conforto térmico dos animais como, aquecedores, ventiladores, exaustores, nebulizadores, cortinas modernas, climatizadores e geradores de energia. Ou então a substituição de bebedouros antigos por mais modernos. É importante analisar que, no sistema de integração, “o processo de tecnificação é constante. Os avicultores precisam investir para permanecer no sistema de produção” (BORGES; ORTIZ; NUNES, 2009, p. 9). Para o investimento, os agricultores necessitam acessar financiamentos, como relata o agricultor C: “Eu financiei em 2010, só que daí tive de fazer as melhorias ali e tive de financiar mais uma parte. Uma parte dos equipamentos tive de financiar de novo”. Caso os avicultores não façam os investimentos considerados necessários pelas agroindústrias, estes são excluídos da atividade.

A família AL é um desses exemplos. Proprietários de um estabelecimento rural de 19,3 hectares, possuía um aviário de 100 metros e depois de 20 anos produzindo aves tiveram que abandonar atividade há sete anos⁹ devido à necessidade de novos investimentos:

Na época era muito difícil de recursos e as firmas exigiam demais. [...] Ah! Eles queriam muitas coisas [...] desde a forração dentro, tinha que trocar tudo [...] Muito alto [a necessidade de investimento no aviário] e daí quase não compensava. Daí acabamos indo para atividade do leite.

O agricultor destaca a pressão que sofreu para proceder as inovações exigidas:

Na verdade, nós fomos indo contra a parede. Ou investia ou parava. Nós optamos por parar. Mas não foi decisão deles, foi nossa mesmo [...] Bastante maquinário. Na época foi aquela febre dos aviários climatizados. Muito investimento seria. [...] Se fosse hoje, no caso, seria uma coisa boa, o aviário. Mas o investimento não compensava. (Família AL).

Logo após ter sido excluído da avicultura o agricultor trabalhou um período como motorista de caminhão. Há quatro anos, já com a linha de crédito Mais Alimentos em vigor, a partir dos animais já existentes na propriedade, a família reconverteu a propriedade para a produção de leite. Quando da realização da entrevista a família possuía um plantel de 13 vacas em lactação, que lhes rendia uma produção diária média de 250 litros de leite. O Pronaf Mais Alimentos foi utilizado pela família para a compra de um trator e equipamentos no valor de R\$ 92 mil, necessários para o cultivo das pastagens e a produção de silagem para o gado.

⁹ Entrevista realizada em outubro de 2014.

No momento da entrevista, embora estivessem satisfeitos com a produção leiteira, o agricultor se ressentia de não poder continuar com a produção de aves, argumentando que se na época, quando abandonaram a produção de aves, se houvesse a linha de crédito do Pronaf Mais Alimentos, provavelmente teriam investido para a adequação do aviário:

Eu gostava muito dessa atividade (avicultura). [...] Eu gostava mais dos aviários, das aves do que das vacas. Eu não gosto de vacas. [...] Esse foi uma linha... foi a coisa mais importante para nossa agricultura familiar foi isso (o Pronaf). Se nós tivéssemos isso, a sete, oito anos atrás, se nós tivéssemos esse recurso, talvez nós teríamos o aviário funcionando.

Assim, o Pronaf Mais Alimentos viabiliza a adequação dos aviários às exigências das agroindústrias, como no caso também de outra família entrevistada de agricultores:

Aí tivemos que dar uma ajeitada no aviário. Já tinha umas coisas para ajeitar e faltou dinheiro. Daí a gente pegou um pouco do Mais Alimentos, da linha PRONAF. [...] Foi financiado umas reformas: umas coisas que a empresa exigiu que tinha ajeitar. Foram trocadas umas cortinas. O arco de desinfecção foi melhorado. [...] As fornhalhas também. (Família AB, setembro de 2014).

Pode-se situar essas exigências como estratégias das integradoras para o aumento da performance dos aviários. Moori, Caldeira e Procópio (2013, p. 261), com base em pesquisa realizada com empresas integradoras e avicultores integrados no Brasil, analisam os fatores que contribuem para a avaliação de desempenho nos aviários. Os parâmetros consagrados pela literatura, destacados pelos autores, são: (a) eficiência do aviário calculada pelo índice de mortalidade das aves, associada ao índice de conversão alimentar e à capacidade de ganho de peso das aves; (b) a interferência de fatores exógenos, como clima, estações do ano e áreas de instalação dos aviários; (c) destacado como principal fator de diferenciação da eficiência entre os aspectos sob controle dos aviários, o nível de modernização das instalações e a capacidade de manejo. Observa-se que esses fatores destacados constituem os critérios adotados pelas agroindústrias para a remuneração dos integrados.

Os autores identificaram, ainda, mais três fatores emergentes que, adicionalmente, passam a fazer parte das avaliações de desempenho nos aviários: (d) o índice de densidade de povoamento, que são decorrentes das instalações, equipamentos e técnicas usadas no alojamento; (e) o nível de cumprimento de exigências do Ministério da Agricultura e as boas práticas ambientais e de trato dos animais; (f) dejetos resultantes das operações envolvidas. Moori, Caldeira e Procópio (2013, p. 261) identificam como tendência esses itens ganharem relevância nas agendas dos modelos de integração, pois a exigência dos consumidores pelo rigoroso cumprimento de normas de conduta no trato com os animais e de políticas ambientais influencia a capacidade de conquista e manutenção de mercados.

Entretanto, analisa-se que os custos dos investimentos para o aumento do desempenho dos aviários recaem unicamente sobre os agricultores, que se veem frente a uma situação de dependência em relação às

agroindústrias, pois as dívidas bancárias contraídas aumentam ainda mais as relações de assimetria de poder entre produtores e agroindústrias. Isso porque depois de feito o empréstimo para a modernização das instalações, os agricultores não têm alternativa senão a de seguir produzindo para pagar a dívida bancária. Tal situação de dependência e fragilidade obriga os agricultores a seguir à risca as determinações dos técnicos das agroindústrias, pois há sempre o risco do “corte da integração”, ou seja, a rescisão do contrato pelas agroindústrias. Nesses casos os agricultores não teriam como pagar o empréstimo bancário, ao mesmo tempo que ficariam com o capital imobilizado em um aviário desativado.

Segundo Borges, Ortiz e Nunes (2009, p. 9), a ameaça de exclusão da integração é um método de punição por ineficiência produtiva. Na pesquisa realizada pelos autores, apenas “para 37% dos entrevistados a empresa leva em consideração a situação financeira do avicultor no momento de exigir readequações na estrutura produtiva ou inovações tecnológicas” (p. 8). Antes do “corte da integração” as agroindústrias costumam “dar um gancho ao integrado”, ou seja, suspender o alojamento de novos lotes de aves por um determinado período de tempo, que pode variar de algumas semanas ou até alguns meses. Tais suspensões, além do constrangimento da punição, agrava os problemas financeiros dos avicultores, como o atraso no pagamento do empréstimo bancário.

Os agricultores se ressentem dos constantes investimentos que têm que fazer no aviário, permanecendo numa situação de endividamento permanente. Em muitos casos, os rendimentos obtidos com a avicultura são apenas suficientes para pagar os empréstimos bancários, tendo que recorrer a outras fontes de renda para custear as despesas da propriedade e os gastos pessoais da família.

Observa-se também diferenças significativas entre agroindústrias. As de maior porte, presentes nos mercados globais, oferecem melhores condições para seus integrados, como pagamento de bonificação aos que atendem às normas e fazem os investimentos recomendados. Já as agroindústrias de menor porte, voltadas apenas aos mercados regional/nacional, não oferecem ganhos adicionais aos produtores que atenderem tais exigências de modernização.

Alguns avicultores argumentam também que sem a existência dos empréstimos do Pronaf os agricultores não investiriam na construção de novos aviários (BONAMIGO, RENK e DORIGON, 2014):

Se vocês fossem perguntar se hoje vocês tivessem o dinheiro na mão vocês iriam fazer aviário? Aqui em casa todo mundo ia dizer que não. Mas isso se faz porque todo esse investimento é financiado. Então você vai lá no banco e vai trabalhando e pagando ele, só que você nunca termina de pagar esse financiamento porque sempre tem exigências. Para nós, sempre está faltando muita coisa para ficar dentro do padrão, falta cercar ainda [o aviário], todo o gasto que a gente tá devendo lá no banco, e não consegue sobrar pra fazer. (Família AC).

Tal situação de constante endividamento e pressão por parte das agroindústrias pode, segundo alguns agricultores entrevistados, contribuir para desencadear quadros de depressão:

Na verdade, o integrado hoje sofre uma pressão da empresa todo o dia, por que eles estão aí cobrando e cobrando [...] Existe a cobrança deles, mas não tem retorno e a nossa preocupação hoje é o financeiro e a maioria dos casos é o financeiro, tem muita influência na vida nossa. (Família B).

Embora se trate de realidades bastante distintas, a situação vivida pelos avicultores do oeste catarinense pode ser comparada ao caso de modernização da agricultora francesa, analisada por Salmona (1994; 2007) e dos custos sociais e humanos para os agricultores decorrentes dessa modernização. No caso francês, tratou-se de políticas públicas de modernização da agricultura, estimulada por incentivos econômicos, via liberação de empréstimos bonificados àqueles que adotassem as técnicas, equipamentos e processos produtivos e de gestão recomendados (THIOLLENT; DORIGON, 2014). Salmona argumenta que a política de modernização da agricultura, denominada pela autora de modernização violenta, gerou aumento do sofrimento social, perda de significação das profissões tradicionais, endividamento das famílias, sobrecarga de trabalho das mulheres, isolamento social pela falta de tempo para participar das atividades comunitárias, rompimento de vínculos familiares e, finalmente, crises de depressão e suicídios (THIOLLENT; DORIGON, 2014).

Isso porque, como a autora descreve, para ter acesso aos empréstimos subsidiados – e evitarem a exclusão da agricultura -, os pequenos agricultores franceses foram obrigados a seguir as determinações dos técnicos e conselheiros agrícolas responsáveis pela implantação dos planos de modernização, impactando sobre a rotina de trabalho. Apesar dos subsídios recebidos e da adoção dos métodos científicos e técnicas modernas de produção e gestão rural, os agricultores não conseguiam obter os resultados econômicos preconizados pelos órgãos governamentais. Além disso, ao contrário do que lhes era prometido, houve um aumento no ritmo e da complexidade do trabalho, que passou a demandar novos conhecimentos de produção e gestão, exigindo assim maior esforço físico e mental. Entretanto, tal esforço não era compensado pelo aumento de renda. Além disso, estes agricultores tiveram dificuldades para pagar os empréstimos bancários feitos para financiar a modernização. (THIOLLENT; DORIGON, 2014). Tal situação levou os pequenos agricultores franceses a uma condição paradoxal, que Salmona (2007) denomina de “dupla pressão”, pois os discursos das organizações e dos técnicos a respeito dos objetivos do plano de modernização entra em contradição com a situação vivida pelos agricultores.

No caso dos avicultores aqui analisado, as agroindústrias integradoras definem as tecnologias a serem adotadas. O Estado apenas aporta o crédito rural – Pronaf Mais Alimentos – para viabilizar a adoção do pacote tecnológico preconizado pelas agroindústrias.

Observou-se também que as normas e padrões de produção, impostas aos produtores, são percebidas de diferentes maneiras por eles. Há produtores que fazem coro aos argumentos das agroindústrias e veem tais normas e padrões legítimos. Em geral são aqueles agricultores mais capitalizados e que têm mais facilidade em se adequar a tais normas. Além disso, recebem uma bonificação das empresas pelas adequações feitas.

Alguns agricultores consideraram o Pronaf Mais Alimentos fundamental para realizar os investimentos para construção de aviário, como representado por um agricultor beneficiário do Banco da Terra:

Hoje, o que eu tenho aqui foi tudo financiado. Começamos tudo com financiamento. Porque se não fossem os recursos do governo, sinceramente, eu estava na cidade [...] Os recursos dele, não só pra nós. Para maioria da população, se não fosse o Pronaf, muito pouca gente estaria no interior ainda hoje. Desde que eu tenho o trator, é tudo com concha também¹⁰; daí, ficar ali só na concha me tira dois peões. Porque o que eu precisaria de dois peões a mais pra fazer, eu faço com o trator e a concha. E não teria o aviário. Se não fosse o Pronaf não teria feito o primeiro aviário e agora não teria feito o outro. Porque recurso não tinha para fazer. Porque a gente vai fazendo um e pagando o outro. Mas pelo menos, até hoje, nunca atrasou uma parcela. (Entrevista realizada em outubro de 2014).

Já os produtores com maior restrição de capital ou de mão de obra têm dificuldades em acompanhar as adequações impostas por parte da agroindústria. Há agricultores que vivenciam tais normas como novas demandas que lhes obrigam a fazer ainda mais investimentos, já considerados excessivamente altos em comparação ao retorno financeiro resultante da atividade.

Alguns investimentos feitos com o Pronaf Mais Alimentos diminuem o esforço físico, como por exemplo, a introdução de comedouros automáticos, que dispensam o transporte de ração em carrinhos manuais para abastecer os comedouros:

Para colocar os comedouros no aviário foi 42 mil [reais]. Foi comprado uma máquina e mexedor de adubo [da cama de aviário] também. [...] Mudou. Imagina [...] nos comedouros (manuais) a gente não conseguia mais, porque é um carrinho de 250, 300 quilos (de ração). E todo dia tu tinha que encher para dar, nos tubulares (comedouros manuais). E, que nem a gente vai ficando já de idade, tu não tem mais aquela força que você tem antes. E ele (marido) começou a ficar com problema de saúde e, eu sozinha, a gente não aguenta puxar um carrinho daqueles lá, daí tivemos que colocar os (comedouros) automáticos. (Entrevista realizada em março de 2014).

Entretanto, os entrevistados ressaltam que, apesar de diminuir o esforço físico, as novas tecnologias (comedouros automáticos, sistemas de aquecimento, regulagem de cortinas, climatização, dentre outros) demandam a presença constante do avicultor no aviário, tendo que ficar à disposição da atividade praticamente em tempo integral. Isso porque, por exemplo, se ocorre algum problema no comedouro automático, caso não se tome providência imediata, há derramamento de ração e conseqüente interrupção de seu fornecimento às aves:

É. Que nem agora melhorou a mão de obra, mas o cuidado é a mesma coisa. Porque que nem, não dá para você ligar (o comedouro automático), sair de casa e voltar de noite. Se você saiu de casa e estourou um cano, você chega em casa e tem toda a ração no chão. Você vai ter que ir lá ajuntar toda a ração depois. É uma coisa boa, mas tu tem que ter o cuidado, cada pouco tu tem que ir dar uma olhada. (Entrevista realizada em março de 2014).

¹⁰ Esse equipamento é utilizado para a remoção da cama do aviário, composta por maravalha e os dejetos das aves depositados por vários lotes de animais para ser substituída por maravalha nova.

Ou então a necessidade de manter as fomalhas sempre alimentadas, diuturnamente no inverno com lenha, pois se faltar fogo o aquecedor passa a jogar ar frio para o interior do aviário em vez de aquecer os animais, levando ao amontoamento e morte de aves. Os cuidados com aquecimento obrigam os avicultores a levantar várias vezes por noite para abastecer as fomalhas com lenha e verificar se não há o amontoamento das aves devido ao frio. Na região, nos meses de inverno, as temperaturas chegam próximo a zero grau de madrugada naqueles dias mais frios. Os avicultores se ressentem da necessidade de acordar várias vezes durante as noites frias para os cuidados com o aquecimento das aves. Para evitar os vários deslocamentos da casa para o aviário e as bruscas mudanças de temperatura, pois enquanto as temperaturas externas estão baixas, no interior do aviário devem permanecer em torno de 35 graus, muitos avicultores optam por improvisar uma cama no interior do aviário. São procedimentos de manejo que os agricultores têm que se submeter, mas que passam despercebidos – e que não são valorizados pelas agroindústrias.

Assim, embora tenha havido diminuição de esforço físico, os avicultores se ressentem desta necessidade de presença constante, associando-a a perda de liberdade:

Isso é algo que melhora, mas não sobra. Nos comedouros automáticos eles comem e depois você tem que ir lá encher os pratinhos novamente. Nossa, quem resolve colocar um aviário acaba colocando uma cadeia, essa é a verdade. [...] Sim. Temos que trabalhar o dia inteiro. (Entrevista realizada em março de 2014).

Assim, o Pronaf Mais alimentos financia a modernização das instalações e equipamentos dos produtores integrados às agroindústrias, possibilitando a adequação às normas e exigências dos mercados globais de carne de frango. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, os empréstimos feitos pelos agricultores aumentam ainda mais sua dependência perante as agroindústrias, pois a rescisão de contrato de integração causaria sua ruína, na medida em que não conseguiram pagar o empréstimo.

Assim, a realidade aqui analisada aponta as agroindústrias como as maiores beneficiárias dos recursos do Pronaf Mais Alimentos investidos na avicultura. Nessa direção, a pesquisa de Rambo (2014, 2015), também realizada no oeste catarinense, microrregião de Pinhalzinho, identificou que a implementação do Mais Alimentos contribuiu também para expandir o mercado para os produtores de máquinas, equipamentos, implementos e insumos.

Além disso, é importante considerar, muitos avicultores utilizam os recursos do Pronaf Mais Alimentos para construir um segundo ou terceiro aviário. Se por um lado, esta concentração da produção diminui os custos de logística das agroindústrias, por outro, acaba por deslocar aqueles produtores que não conseguem se adequar à constante necessidade de investimentos para a modernização de seus aviários, gerando um processo de exclusão, restringindo assim as oportunidades de um número maior de agricultores familiares terem acesso ao mercado de produção de aves.

Esse processo também é identificado por Borges, Ortiz e Nunes (2009, p. 9), com base em pesquisa realizada no sudoeste do Paraná, que aponta implicações do acesso ou não a inovação tecnológica “na concentração da produção em função da redução do número de avicultores, pois as escalas de produção estão se elevando cada vez mais”. Para os autores, a tecnologização dos galpões possibilita alojar um nível cada vez maior de frangos “o que permite um número cada vez menor de avicultores produza a mesma ou maior quantidade de aves” (p. 9), excluindo quem não tem condições de se adaptar às novas exigências. Os autores concluem que esse processo de concentração é vantajoso para as empresas, pois reduz custos operacionais, com transporte e assistência técnica.

Os impactos ambientais da atividade também aumentam, pois o aumento da escala de produção resulta também na concentração de dejetos que, se os aviários fossem geograficamente melhor distribuídos, facilitaria o seu uso como adubação nas lavouras, tornando a atividade mais sustentável.

Ter vários aviários também, em muitos casos, obriga os agricultores a se especializarem economicamente, devido à falta de mão de obra, tendo que abandonar outras atividades como a produção de grãos ou de leite. Tal mudança em seus sistemas de produção – de diversificado para especializado - aumenta a vulnerabilidade econômica dos agricultores, pois passam a ser dependentes de uma única fonte de renda.

5 - Considerações finais

No texto apresentado, pode-se observar que a modernização agrícola, isto é, a penetração do capital no mundo rural, trabalha no sentido do contínuo de propriedade familiar à empresa familiar (GALESKI, 1972), e tal qual Jano, uma face leva à exclusão e outra à crescente subordinação ao agronegócio. Um dos atores primordiais para a modernização foi inicialmente a extensão rural. Inicialmente, a extensão rural a cargo do estado, desempenhou o papel de uma missão civilizadora para a adequação dos agricultores aos novos preceitos exigidos. Atualmente, no segmento rural ainda não excluído da integração, observa-se que as empresas do agronegócio assumiram o papel, ministrando cursos, confeccionando suas cartilhas e enfatizando a organização da propriedade, com vista em transformá-la em empresa rural.

No cenário da modernização da agricultura, situa-se os novos padrões de produção de aves e suínos que demandam nível de modernização das instalações, capacidade e práticas de manejo e cuidado com os animais. As indústrias agroalimentares integradoras, para se manterem competitivas no mercado, exigem dos produtores integrados altos investimentos nas tecnologias para aumentar a escala, modernizar e padronizar a produção.

O Pronaf Mais Alimentos tem sido fundamental para essa modernização, pois sem a existência deste crédito, parcela significativa de agricultores familiares não conseguiria incorporar todo o aparato tecnológico demandado, dado às expressivas somas de capital. Tais investimentos estão, portanto,

relacionados a um ganho de eficiência técnica, como melhor conversão alimentar, diminuição da mortalidade das aves e visam também melhorar o bem-estar animal e o controle de doenças.

Assim, os investimentos do Pronaf Mais Alimentos na avicultura são definidos pela indústria agroalimentar segundo os preceitos tecnológicos internacionais, garantindo que estejam entre as mais avançadas tecnologicamente do mundo, o que aumenta sua competitividade nos mercados globalizados de carne de aves. Essa competitividade está também baseada na agricultura de base familiar, capaz de incorporar tais tecnologias e cujas relações comerciais são mediadas por contratos de integração, que garante à agroindústria a observância das recomendações e obtenção de índices técnicos desejados. Ao mesmo tempo, os produtores assumem os custos dos investimentos para a criação das aves e lhes fornecem mão de obra a baixo custo.

O Pronaf Mais Alimentos permite também que a avicultura industrial permaneça, majoritariamente, ao acesso da agricultura familiar. Caso contrário, provavelmente a avicultura migraria para as mãos de empresários urbanos, como já se observa na região estudada e no sudoeste do Paraná (MOORI, CALDEIRA, PROCÓPIO, 2013). O Pronaf Mais Alimentos desempenha um papel de ambivalência. De um lado, o acesso ao Programa permite a continuidade da agricultura familiar da avicultura industrial. De outro lado, aprofunda a diferenciação e clivagem social entre os agricultores familiares, à medida em que os valores disponíveis permitem a expansão da atividade - construção um segundo ou terceiro vários em uma mesma propriedade -, com conseqüente exclusão daqueles avicultores que não conseguem incorporar ou não estão dispostos a investir nas tecnologias recomendadas para modernizar seus aviários.

Assim, pode-se analisar que a modernização agrícola, isto é, a penetração do capital no mundo rural, trabalha no sentido do contínuo de propriedade familiar à empresa familiar. Se, inicialmente, teve-se uma extensão rural numa missão civilizadora para a adequação dos agricultores aos novos preceitos exigidos, atualmente, tem-se novas empresas ministrando cursos com cartilhas enfatizando a organização da propriedade, transformando-a em empresa rural.

Outro aspecto observado foram as constantes exigências das agroindústrias, como o mito de Tântalo (nunca alcançado), para que os agricultores modernizem suas instalações e equipamentos, o que os obriga a fazer com frequência novos investimentos, captar novos empréstimos e, portanto, estar permanentemente endividados juntos aos bancos. Além dos compromissos bancários, tal condição de endividamento faz com que os agricultores tenham que seguir rigorosamente as determinações das indústrias agroalimentares, pois o “corte da integração” significaria a impossibilidade de honrarem seus compromissos com os bancos.

Assim, os agricultores familiares vivem uma situação paradoxal em que, se por um lado, para manter seus contratos de integração com as agroindústrias devem fazer constantes investimentos, por outro, tais investimentos lhes impõem estarem permanentemente endividados, o que praticamente os obriga a seguir produzindo aves para conseguir pagar seus empréstimos.

Esta condição submete os avicultores a uma situação de constante pressão que, somadas à perda de liberdade, à penosidade do trabalho e aos baixos rendimentos levam a desencorajar seus filhos a continuarem na atividade. A recusa dos jovens a seguirem na atividade desenvolvida pelos pais pode, a médio prazo, a não mais haver uma nova geração de agricultores nesta atividade, tema que mereceria uma pesquisa específica.

Assim, cabe aqui interrogar se os recursos do Pronaf destinados à avicultura industrial estão de acordo com seus objetivos anunciados de “melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda”. Ou se atende mais aos interesses das agroindústrias e do governo, este último empenhado em aumentar as exportações num setor econômico em que as empresas brasileiras possuem inserção competitiva nos mercados globalizados.

Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 4.107*, de 28 de junho de 2012. Altera as disposições do Programa Nacional da Agricultura Familiar (pronaf). Brasília, 2012.
- BONAMIGO, Irme Salete; RENK, Arlene; DORIGON, Clovis . Bem-estar animal e bem-estar dos agricultores frente aos mercados agroalimentares mundializados. In: VII ENEC, III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo e I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo - Mercados contestados as novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei. *Anais-Eletronicos VII ENEC*. Rio de Janeiro: ENEC, 2014. v. 4. p. 01-15.
- BORGES, Gisele Daiane; ORTIZ, Sidney; NUNES, Sidemar Presotto. Relação de integração na avicultura no sudoeste do Paraná diante da reestruturação do setor e das inovações tecnológicas. In: *Sober 47º Congresso*, Porto alegre, julho de 2009.
- BRASIL. *Decreto nº 1.946*, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm. Acesso em: 14 fev. 2014.
- BRASIL. *Manual de Crédito Rural*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://atividaderural.com.br/artigos/5029a0a07fc48.pdf>. Acesso em: out 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013*.
- BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura – Trigo e Soja*, Petrópolis: Vozes, 1988.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (organizadores). *Dossiê Abrasco um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio\São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio\Expressão Popular, 2015
- CAROLA, Carlos Renato. *Jeca Tatu e o Processo Civilizador da Família Rural Brasileira*. 8º Simpósio Processo Civilizador e Educação. João Pessoa, 2004.
- GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester: Manchester University Press, 1972

- HESPANHOL, Antonio Nivaldo. *Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial*. 4. Encontro de Grupos de Pesquisa-ENGRUP, São Paulo, 2008.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Agricultura Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MANUAL OPERACIONAL DO PRONAF: *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Ministério da Agricultura e Abastecimento: Secretaria de Desenvolvimento Rural. Brasília-DF, 1996.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). *Cartilha Plano Safra 2011/2012*. Brasília, 2011.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). *Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012*. Brasília, 2011.
- MOORI, Roberto Giro; CALDEIRA, Adilson; PROCÓPIO, Edson Marques. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, Volume 8, Número 3, 2013, p. 252-265.
- NOGUEIRA, A. C. L.; ZYLBERSTAJN, D. Coexistência de Arranjos Institucionais na Avicultura de Corte do Estado de São Paulo. In: Congresso Internacional de Economia e Gestão de Negócios/Networks Agroalimentares. 4. *Anais...* Ribeirão Preto, PENSA-Fearp, 2003.
- OLINGER, Glauco. *Ascensão e Decadência da extensão rural no Brasil*. Epagri: Florianópolis, 1996.
- RAMBO, Fabiano Lazarotto. *O Programa Pronaf Mais Alimentos: um estudo de caso na microrregião de Pinhalzinho (SC)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2014.
- RAMBO, Fabiano; BONAMIGO, Irme Salete. O Programa Pronaf Mais Alimentos: um estudo de caso da microrregião de Pinhalzinho (SC). *Campo - Território*, v. 10, 21, p. 89-117, 2015.
- SALMONA, Michèle. Dépressions et suicides dans le monde des petits paysans. *Rhizome Bulletin National Santé Mentale et Précarité*, Lyon, n. 28, p. 5-9, oct. 2007.
- SALMONA, Michèle. *Souffrances et résistances des paysans français*. Paris: L'Harmattan, 1994. 254 p.
- SOUZA, Claudia Moraes de. Discursos Intolerantes: O Lugar da Política na Educação Rural e a Representação do Camponês Analfabeto. *Histórica Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*. Nº 03. Julho de 2005.
- THIOLLENT, Michel J. M; DORIGON, Clovis. Estudo das condições de vida, trabalho e saúde de produtores rurais: A contribuição de Michèle Salmona. *Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA)*, v. 16, p. 376-387, 2014.
- TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.
- VIEBRANTZ, Kerli Paula Meltz. *A extensão rural na formação profissional dos agricultores de Itapiranga e Mondaí-SC, entre as décadas de 1960 e 1990*. Unochapecó. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2009.